

Para os assinantes, esta edição está disponível também no formato digital. Confira utilizando aplicativo capaz de ler QR Code e posicionando no código.



FOLHA DE LONDRINA, quinta-feira, 21 de abril de 2021



CURITIBA S.A.
Folha nº 98
G.F.

CHARGE

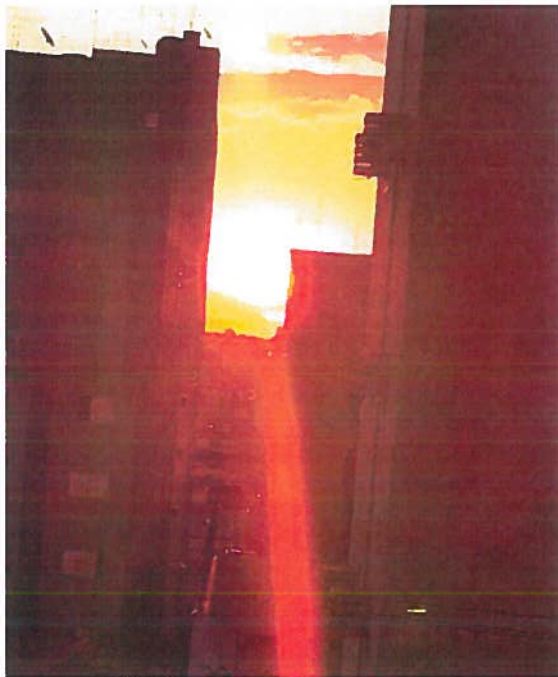
CPI DA COVID-19



- A turma está dividida. Metade quer quatro queijos a outra metade quer calabresa...

#A CIDADE FALA

Envie sua foto:
opiniao@folhadelondrina.com.br



"Pôr do Sol Urbano"
Maria Inês Bertolino (aposentada), Londrina - Litora da Folha



WHATSAPP - Envie sua opinião para o WhatsApp da FOLHA. Posicione a câmera do seu smartphone no código acima e receba notícias diárias, mande seus artigos de opinião, críticas e sugestões diretas para a redação.



Confira os critérios para publicação de cartas e artigos utilizando aplicativo capaz de ler QR Code e posicionando no código.

IDR-Paraná SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ (IAPAR-EMATER) GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 343/2021 - ID 867901
Protocolo 17.537.930-4

Objeto: AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS CONFORME DESCRITIVO TÉCNICO DO TERMO DE REFERÊNCIA.

Abrertura das Propostas: 04/05/2021 - 08h15min
Disputa: 04/05/2021 - 08h45min
Fórmula de Recurso: 281 - TCT COPEL 4600018486/2019
Autorizado em: 19/04/2021

RETIRADA DO EDITAL E APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS www.licitacoes-e.com.br - Acessar: Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR-EMATER - Informações Complementares Setor de Suprimentos e Patrimônio - Rodovia Celso Garcia Cid, Km 375 - Três Marcos - Londrina-PR. Fones (43) 3376-2261/2230 - Fax (43) 3376-2106. Email: leonardosao@idr.pr.gov.br ou sgamas@idr.pr.gov.br.

Londrina, 22 de abril de 2021.
NATALINO AVANCE DE SOUZA
Diretor Presidente

DETRAN-PR DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

Concorrência Pública nº 01/2021

OBJETO: Contratação de empresa especializada para reforma da pista de exames práticos da 25ª Ciretran de Goleópolis.

AUTORIZAÇÃO: Sr. Wagner Mesquita de Oliveira - Diretor-Geral do Detran/PR, em 13/04/2021 - Protocolo nº 17.285.857-0.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até o dia 24 de maio de 2021, 09:00 horas.

VALOR MÁXIMO: R\$ 100.610,87 (cem mil, seiscentos e dez reais e oitenta e sete centavos).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Os interessados poderão efetuar o "download" dos Editais acessando o portal da Internet denominado [compraspr/gms](http://www.compraspr/gms) (www.compraspr/gms) ou o site do Detran/PR (www.detranspr.gov.br).

COHAPAR COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ CNPJ Nº 76.592.807/0001-22 GOVERNO DO ESTADO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convidados os Senhores Acionistas da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária (57ª) e Assembleia Geral Extraordinária (151ª) digitais, a serem realizadas no dia 28 de abril de 2021, com início às 09h, via **webconferência**, cujo link de acesso, informações e documentos serão disponibilizados no endereço eletrônico <http://www.cohapar.pr.gov.br/Assambleias>, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

Em Assembleia Geral Ordinária (57ª)

1. Leitura, discussão e votação do Relatório de Administração e Sustentabilidade, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020;
2. Eleição de membros do Conselho de Administração;
3. Eleição de membros do Conselho Fiscal;
4. Fixação da remuneração do Conselho Fiscal.

Em Assembleia Geral Extraordinária (151ª)

1. Atualização do quadro de Composição Acionária;
2. Fixação da remuneração dos Administradores.

Curitiba, 19 de abril de 2021.
João Carlos Ortega
Presidente do Conselho de Administração

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SERVIÇO REGISTRAL DE IMÓVEIS
COMARCA DE ROLÂNDIA - EX POSTAL 256 - FONE: (41) 3259-5275 - FAX: (41) 3259-5833 - CEP: 86020-107 - PARANÁ

NEUSA B. V. NEVES **Be. VIVIANE C. NEVES** **Be. PRISCILLA M. NEVES**
SUBSTITUÍDA SUBSTITUTA SUBSTITUTA

Ofício nº 052/2021
Prenotação nº 193.597 (23/03/2021)

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Pelo presente edital, o Sr. **LUIZ ALBERTO BARESTELLO DE CASTRO**, brasileiro, solteiro, trabalhador agrícola, nascido em 06.12.1987, portador da CI RG nº 960.418-2 SSP-PR, em 18.11.2003, inscrito no CPF/MF sob nº 063.495.039-88, residente e domiciliado na Rua Belia, nº 100, Jardim Novo Horizonte, nesta Cidade e Comarca, devedor fiduciário, conforme Contrato por Instrumento Particular de Compra e Venda de Unidade Isolada e Mútuo com Obrigações e Alienação Fiduciária, Programa Carta de Crédito Individual FGTS/Programa Minha Casa Minha Vida, nº 8.4444.0321857-6, com caráter de Escritura Pública assinado pelas partes e por testemunhas em 10.04.2013 e registrado sob o nº 3, na matrícula nº 29.898, nesta Serventia, referente ao imóvel constituído pelo Lote de terras nº 31-REM (trinta e um-REM), da quadra nº 36 (trinta e seis), com área de 150,00 (cento e cinquenta) metros quadrados, com uma casa residencial em alvenaria com 69,98m², situada na Rua Sibiruna, nº 41, no "JARDIM NOVO HORIZONTE", nesta Cidade e Comarca, com saldo devedor de responsabilidade de V. Sa., fica intimado para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas aos encargos vencidos e não pagos, tendo em vista que, nas diligências para intimação, o mesmo não foi notificado por não ter sido encontrado no endereço supra, conforme Ofício nº 017/2021, desta Serventia. Informo ainda, que o valor destes encargos, posicionados em 22.02.2021 corresponde a R\$ 16.635,32 (Dezesseis mil, seiscentos e trinta e cinco reais e trinta e dois centavos), sujeito a atualização monetária, aos juros de mora e às despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, os encargos que vencerem no prazo desta intimação.

Assim, procedo a INTIMAÇÃO de V. Sa., para que se dirija a este Serviço Registral de Imóveis, situado nesta cidade de Rolândia-PR, na Rua General Estiláz Leal, nº 74, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir da data da última publicação deste edital de intimação.

Nesta oportunidade, ficam V. Sa., cientificadas que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - nos termos do artigo 26, parágrafo 7º da Lei nº 5.14/97.

Rolândia, 05 de abril de 2021.

Be. Priscilla Márcia Neves
Be. Priscilla Márcia Neves
Registradora Substituta

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S/A

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01-049.626/2021

A Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - Curitiba S/A comunica aos interessados, que fará realizar **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**, cujo Edital assim se resume abaixo:

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a seleção de interessados para aquisição de imóvel de propriedade da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S/A, localizados na cidade de Curitiba, com as características e preço mínimo de venda constantes no ANEXO I deste Edital.

PREÇO:

LOTE	ÁREA	LOCALIZAÇÃO	MATRÍCULA	Indicação Fiscal	ÁREA M²	VALOR IM/EM R\$	VALOR DE VENDA R\$
1	Rua Soldado Agnaldo Gonçalves	CIC	196.817/8ª C	69.029.014	493,49	273,56	135.000,00

DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Serão recebidas no dia 09 de JUNHO de 2021 às 10h00min, na sede da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - CURITIBA S/A, no seguinte endereço: Rua Barão do Rio Branco, 45 (7ª Andar) - Centro, Curitiba - Paraná.

EDITAL: Poderá ser obtido junto à Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - Curitiba S/A, situada à Rua Barão do Rio Branco, nº 45 - Centro, Curitiba - Paraná, no horário comercial (8h às 12h e das 14h às 18h), no Portal www.curitiba.com.br ou solicitando pelo email dmoulepes@curitiba.pr.gov.br.

Curitiba, 19 de abril de 2021.

Davidson José Moulepes
Presidente

AMÉRICA CONDOMÍNIO INDUSTRIAL E LOGÍSTICA S/A - CNPJ N.º 18.570.039/0001-00

Continuação - Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

A política de controle consistia em acompanhamento permanente das condições contratuais versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Risco de liquidez

Assegurar as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	2020	2019
Empréstimos e financiamentos	-	5.372
Fornecedores	158	168
Total	158	5.539

Valor justo

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia

Descrição	2020		2019	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes a caixa	733	733	1.735	1.735
Empréstimos e financiamentos	-	-	5.372	5.372
Fornecedores	158	158	168	168
Total	891	891	7.274	7.274

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alterações de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa - Inclui caixa, saldos em contas correntes, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado

próximos aos seus valores contábeis. Para as aplicações financeiras o valor de mercado foi apurado com base nas cotações de mercado desses títulos.

- Empréstimos e financiamentos - Os valores justos destas operações são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para o financiamento das atividades da Companhia.

- Fornecedores - Os valores justos destes saldos a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

13. Impactos da Pandemia (Covid-19)

Nesse relatório, analisamos as preocupações quanto aos impactos econômicos do coronavírus têm escalado rapidamente o cenário Global, no Brasil passará a preocupar neste ano que se inicia.

Devido ao rápido alastramento do vírus e aumento de casos, provavelmente teremos algumas restrições que irão impactar inevitavelmente na economia brasileira, e o governo terá que criar medidas extraordinárias para tentar conter os impactos na economia, com o risco de faltar dinheiro para os cidadãos.

Neste cenário de deterioração econômica, acreditamos que a análise do endividamento das empresas se torna muito relevante, exigindo atenção especial. Isso por conta do impacto no fluxo de caixa esperado para os próximos meses, além da necessidade de serviço e produtividade.

Em análise, nossas atividades podem apresentar impactos operacionais baixos a médios, dependendo de manter nossos clientes e, do outro lado, esses clientes necessitam do consumo de seus produtos/serviços, para não haja preocupação quanto ao seu endividamento e liquidez, caso isso não ocorra há preocupação e possíveis consequências negativas para o fluxo financeiro dessas empresas e isso poderá acarretar uma situação mais restritiva no mercado.

CINTIA RACHED WINDMULLER
Diretora

SÉRGIO LUIS CONING
Controlador CRC-SP 021747/O-4 TPR

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Ilustríssimos Senhores Diretores e Acionistas de AMÉRICA CONDOMÍNIO INDUSTRIAL E LOGÍSTICA S.A.

Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis de AMÉRICA CONDOMÍNIO INDUSTRIAL E LOGÍSTICA S.A. (COMPANHIA), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mudanças do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as respectivas notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossa responsabilidade é emitir uma opinião sobre as demonstrações contábeis, com base em nossa auditoria. A administração é responsável pela elaboração e adequação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da COMPANHIA continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da COMPANHIA são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de

segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver a falsificação de documentos, omissão de registros ou representação de fatos incorretos.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da COMPANHIA.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a COMPANHIA a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das conclusões significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba, 16 de fevereiro de 2021

ANTONIO CARLOS PEDROSO DE SIQUEIRA
Controlador CRC - PR 15.509/O-5

CAETANO HENRIQUE SARDO
Controlador CRC SP 068765/O-5 TPR

Auditores Independentes

CRC-PR-004232/O-5

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S/A

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01.049.626/2021

A Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - Curitiba S/A comunica aos interessados, que fará realizar CONCORRÊNCIA PÚBLICA, cujo Edital assim se resume abaixo:

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a seleção de interessados para aquisição de imóvel de propriedade da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S.A., localizados na cidade de Curitiba, com as características e preço mínimo de venda constantes no ANEXO I deste Edital.

PREÇO:

LOTE	ÁREA	LOCALIZAÇÃO	MATRÍCULA	Indicação Fiscal	ÁREA M²	VALOR/M² EM R\$	VALOR DE VENDA R\$
1	Rua Soldado Agnaldo Gonçalves	CIC	196.817/8ª C	69.029.014	493,49	273,56	135.000,00

DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Serão recebidas no dia 09 de JUNHO de 2021 às 10h00min, na sede da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - CURITIBA S/A, no seguinte endereço: Rua Barão do Rio Branco, 45 (7ª Andar) - Centro, Curitiba - Paraná.

EDITAL: Poderá ser obtido junto à Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - Curitiba S/A, situada à Rua Barão do Rio Branco, n.º 45 - Centro, Curitiba - Paraná, no horário comercial (8h às 12h e das 14h às 18h), no Portal www.curitibasa.com.br, ou solicitando pelo email: dmoulepes@curitiba.pr.gov.br. Curitiba, 19 de abril de 2021.

Davidson José Moulepes
Presidente

SOPACO - SOCIEDADE PARANÁ COM - E IMPORTADORA LTDA
CNPJ N.º 78.143.922/0001-45
NIRE N.º 41201646645

2ª CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

São convidados os senhores acionistas desta Sociedade a se reunirem em Assembleia Geral de Contas, a realizar-se, por economia de custos na sede do escritório Augusto Prolik, sito à Rua Marechal Dondos, 497, 16º andar, em Curitiba, Paraná, às 14:00 horas do dia 27 de abril de 2021, para tomarem conhecimento e deliberarem sobre as seguintes matérias:

I) Em Assembleia Geral Ordinária:

a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; b) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; c) Eleger os membros da nova Diretoria, e d) Outros assuntos de interesse social.

II) Em Assembleia Geral Extraordinária:

a) Apresentação da planilha elaborada pela Diretoria com a projeção de gastos para os próximos 12 (doze) meses; b) Aprovar a captação de recursos dos sócios, que não será via aumento de capital social, para adimplir as prestações vincendas dos débitos incluídos no RFFIS cujo valor total aproximado é de R\$3.998.669,39 (três milhões, novecentos e noventa e oito mil, seiscentos e sessenta e nove reais e trinta e nove centavos); e c) Outros assuntos.

Outrossim, comunicamos que se encontram à disposição dos senhores sócios, na sede social da empresa, os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei 6.404 de 15/12/1976, relativos ao exercício de 2020.

Itati, 20 de abril de 2021.

Cirlei Terezinha Dellani Nitta - Diretora

EDITAL DE CHAMAMENTO DE VALÉRIO SEBASTIÃO STABACK

Pelo presente edital, a CÂMARA DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DO PARANÁ - CMA-PR chama Valério Sebastião Staback, brasileiro, viúvo, servidor público, C-IRG nº 3.615.003-3/PR, CPF nº 491.783.429-53, Requerendo, para dar ciência da prolação da Sentença Arbitral do Processo 476/2018 no qual é demandado e informar que esta está disponível para ser retirada no escritório localizado à Avenida Marechal Floriano Peixoto, 96, 5º Andar, Salas 51 e 52, Centro, Curitiba/PR, Pr. O presente edital é publicado em razão de o referido não ter sido encontrado no endereço fornecido. Não comparecendo o citado ao escritório da CMA-PR, considera-se o mesmo, em razão da publicação do presente edital e para todo e qualquer efeito, como legalmente cientificado da emissão da Sentença Arbitral. Curitiba, 20/04/2021

Câmara de Mediação e Arbitragem do Paraná - CMA-PR

A Doula MARIA SILVIA CARTAXO FERNANDES LUIZ, MM, Juíza de Direito Substituta da Terceira Vara Cível da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc., FAZ SABER a todos quantos o presente edital vierem ou dele conhecimento tiverem em especial o devedor MARINA GUEDES (RG 102874323 SSP/PR e CPF/CNPJ 076.138.799-41) atualmente em lugar ignorado, que por este Juízo tramitam os autos acionados. É para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro não possam alegar ignorância e se o presente edital, que será afixado no lugar de costume deste Juízo e publicado na forma da lei, pelo qual fica o devedor e acionado nomeado, devidamente dando-lhes ciência dos termos da presente, bem como para CITÁ-LO, que no prazo legal de QUINZE DIAS, a contar do vigésimo primeiro dia da primeira publicação deste, pague a quantia em dívida, bem como inicial acrescida de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) - sendo caso haja o adimplemento no prazo das custas processuais (CPC/2015 sobre o valor da causa art. 701, §1º) - sob pena de caso decorrido o prazo sem pagamento e não apresentados os embargos, a presente decisão seja executada judicialmente, independentemente de qualquer formalidade, observando-se, a seguir, o que couber, o Título II do Livro I da Parte Especial Ciente (e) réu(s) de que poderá, no mesmo prazo assinado acima e cumprimento de sentença independentemente de prévia segurança do Juízo, apresentar embargos de declaração (CPC/2015, art. 702) bem como inicial acrescida de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) - sendo caso haja o adimplemento no prazo das custas processuais (CPC/2015 sobre o valor da causa art. 701, §1º) - sob pena de caso decorrido o prazo sem pagamento e não apresentados os embargos, a presente decisão seja executada judicialmente, independentemente de qualquer formalidade, observando-se, a seguir, o que couber, o Título II do Livro I da Parte Especial Ciente (e) réu(s) de que poderá, no mesmo prazo assinado acima e cumprimento de sentença independentemente de prévia segurança do Juízo, apresentar embargos de declaração (CPC/2015, art. 702) bem como inicial acrescida de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) - sendo caso haja o adimplemento no prazo das custas processuais (CPC/2015 sobre o valor da causa art. 701, §1º) - sob pena de caso decorrido o prazo sem pagamento e não apresentados os embargos, a presente decisão seja executada judicialmente, independentemente de qualquer formalidade, observando-se, a seguir, o que couber, o Título II do Livro I da Parte Especial Ciente (e) réu(s) de que poderá, no mesmo prazo assinado acima e cumprimento de sentença independentemente de prévia segurança do Juízo, apresentar embargos de declaração (CPC/2015, art. 702) bem como inicial acrescida de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) - sendo caso haja o adimplemento no prazo das custas processuais (CPC/2015 sobre o valor da causa art. 701, §1º) - sob pena de caso decorrido o prazo sem pagamento e não apresentados os embargos, a presente decisão seja executada judicialmente, independentemente de qualquer formalidade, observando-se, a seguir, o que couber, o Título II do Livro I da Parte Especial Ciente (e) réu(s) de que poderá, no mesmo prazo assinado acima e cumprimento de sentença independentemente de prévia segurança do Juízo, apresentar embargos de declaração (CPC/2015, art. 702) bem como inicial acrescida de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) - sendo caso haja o adimplemento no prazo das custas processuais (CPC/2015 sobre o valor da causa art. 701, §1º) - sob pena de caso decorrido o prazo sem pagamento e não apresentados os embargos, a presente decisão seja executada judicialmente, independentemente de qualquer formalidade, observando-se, a seguir, o que couber, o Título II do Livro I da Parte Especial Ciente (e) réu(s) de que poderá, no mesmo prazo assinado acima e cumprimento de sentença independentemente de prévia segurança do Juízo, apresentar embargos de declaração (CPC/2015, art. 702) bem como inicial acrescida de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) - sendo caso haja o adimplemento no prazo das custas processuais (CPC/2015 sobre o valor da causa art. 701, §1º) - sob pena de caso decorrido o prazo sem pagamento e não apresentados os embargos, a presente decisão seja executada judicialmente, independentemente de qualquer formalidade, observando-se, a seguir, o que couber, o Título II do Livro I da Parte Especial Ciente (e) réu(s) de que poderá, no mesmo prazo assinado acima e cumprimento de sentença independentemente de prévia segurança do Juízo, apresentar embargos de declaração (CPC/2015, art. 702) bem como inicial acrescida de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) - sendo caso haja o adimplemento no prazo das custas processuais (CPC/2015 sobre o valor da causa art. 701, §1º) - sob pena de caso decorrido o prazo sem pagamento e não apresentados os embargos, a presente decisão seja executada judicialmente, independentemente de qualquer formalidade, observando-se, a seguir, o que couber, o Título II do Livro I da Parte Especial Ciente (e) réu(s) de que poderá, no mesmo prazo assinado acima e cumprimento de sentença independentemente de prévia segurança do Juízo, apresentar embargos de declaração (CPC/2015, art. 702) bem como inicial acrescida de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) - sendo caso haja o adimplemento no prazo das custas processuais (CPC/2015 sobre o valor da causa art. 701, §1º) - sob pena de caso decorrido o prazo sem pagamento e não apresentados os embargos, a presente decisão seja executada judicialmente, independentemente de qualquer formalidade, observando-se, a seguir, o que couber, o Título II do Livro I da Parte Especial Ciente (e) réu(s) de que poderá, no mesmo prazo assinado acima e cumprimento de sentença independentemente de prévia segurança do Juízo, apresentar embargos de declaração (CPC/2015, art. 702) bem como inicial acrescida de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) - sendo caso haja o adimplemento no prazo das custas processuais (CPC/2015 sobre o valor da causa art. 701, §1º) - sob pena de caso decorrido o prazo sem pagamento e não apresentados os embargos, a presente decisão seja executada judicialmente, independentemente de qualquer formalidade, observando-se, a seguir, o que couber, o Título II do Livro I da Parte Especial Ciente (e) réu(s) de que poderá, no mesmo prazo assinado acima e cumprimento de sentença independentemente de prévia segurança do Juízo, apresentar embargos de declaração (CPC/2015, art. 702) bem como inicial acrescida de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) - sendo caso haja o adimplemento no prazo das custas processuais (CPC/2015 sobre o valor da causa art. 701, §1º) - sob pena de caso decorrido o prazo sem pagamento e não apresentados os embargos, a presente decisão seja executada judicialmente, independentemente de qualquer formalidade, observando-se, a seguir, o que couber, o Título II do Livro I da Parte Especial Ciente (e) réu(s) de que poderá, no mesmo prazo assinado acima e cumprimento de sentença independentemente de prévia segurança do Juízo, apresentar embargos de declaração (CPC/2015, art. 702) bem como inicial acrescida de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) - sendo caso haja o adimplemento no prazo das custas processuais (CPC/2015 sobre o valor da causa art. 701, §1º) - sob pena de caso decorrido o prazo sem pagamento e não apresentados os embargos, a presente decisão seja executada judicialmente, independentemente de qualquer formalidade, observando-se, a seguir, o que couber, o Título II do Livro I da Parte Especial Ciente (e) réu(s) de que poderá, no mesmo prazo assinado acima e cumprimento de sentença independentemente de prévia segurança do Juízo, apresentar embargos de declaração (CPC/2015, art. 702) bem como inicial acrescida de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) - sendo caso haja o adimplemento no prazo das custas processuais (CPC/2015 sobre o valor da causa art. 701, §1º) - sob pena de caso decorrido o prazo sem pagamento e não apresentados os embargos, a presente decisão seja executada judicialmente, independentemente de qualquer formalidade, observando-se, a seguir, o que couber, o Título II do Livro I da Parte Especial Ciente (e) réu(s) de que poderá, no mesmo prazo assinado acima e cumprimento de sentença independentemente de prévia segurança do Juízo, apresentar embargos de declaração (CPC/2015, art. 702) bem como inicial acrescida de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) - sendo caso haja o adimplemento no prazo das custas processuais (CPC/2015 sobre o valor da causa art. 701, §1º) - sob pena de caso decorrido o prazo sem pagamento e não apresentados os embargos, a presente decisão seja executada judicialmente, independentemente de qualquer formalidade, observando-se, a seguir, o que couber, o Título II do Livro I da Parte Especial Ciente (e) réu(s) de que poderá, no mesmo prazo assinado acima e cumprimento de sentença independentemente de prévia segurança do Juízo, apresentar embargos de declaração (CPC/2015, art. 702) bem como inicial acrescida de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) - sendo caso haja o adimplemento no prazo das custas processuais (CPC/2015 sobre o valor da causa art. 701, §1º) - sob pena de caso decorrido o prazo sem pagamento e não apresentados os embargos, a presente decisão seja executada judicialmente, independentemente de qualquer formalidade, observando-se, a seguir, o que couber, o Título II do Livro I da Parte Especial Ciente (e) réu(s) de que poderá, no mesmo prazo assinado acima e cumprimento de sentença independentemente de prévia segurança do Juízo, apresentar embargos de declaração (CPC/2015, art. 702) bem como inicial acrescida de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) - sendo caso haja o adimplemento no prazo das custas processuais (CPC/2015 sobre o valor da causa art. 701, §1º) - sob pena de caso decorrido o prazo sem pagamento e não apresentados os embargos, a presente decisão seja executada judicialmente, independentemente de qualquer formalidade, observando-se, a seguir, o que couber, o Título II do Livro I da Parte Especial Ciente (e) réu(s) de que poderá, no mesmo prazo assinado acima e cumprimento de sentença independentemente de prévia segurança do Juízo, apresentar embargos de declaração (CPC/2015, art. 702) bem como inicial acrescida de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) - sendo caso haja o adimplemento no prazo das custas processuais (CPC/2015 sobre o valor da causa art. 701, §1º) - sob pena de caso decorrido o prazo sem pagamento e não apresentados os embargos, a presente decisão seja executada judicialmente, independentemente de qualquer formalidade, observando-se, a seguir, o que couber, o Título II do Livro I da Parte Especial Ciente (e) réu(s) de que poderá, no mesmo prazo assinado acima e cumprimento de sentença independentemente de prévia segurança do Juízo, apresentar embargos de declaração (CPC/2015, art. 702) bem como inicial acrescida de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) - sendo caso haja o adimplemento no prazo das custas processuais (CPC/2015 sobre o valor da causa art. 701, §1º) - sob pena de caso decorrido o prazo sem pagamento e não apresentados os embargos, a presente decisão seja executada judicialmente, independentemente de qualquer formalidade, observando-se, a seguir, o que couber, o Título II do Livro I da Parte Especial Ciente (e) réu(s) de que poderá, no mesmo prazo assinado acima e cumprimento de sentença independentemente de prévia segurança do Juízo, apresentar embargos de declaração (CPC/2015, art. 702) bem como inicial acrescida de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) - sendo caso haja o adimplemento no prazo das custas processuais (CPC/2015 sobre o valor da causa art. 701, §1º) - sob pena de caso decorrido o prazo sem pagamento e não apresentados os embargos, a presente decisão seja executada judicialmente, independentemente de qualquer formalidade, observando-se, a seguir, o que couber, o Título II do Livro I da Parte Especial Ciente (e) réu(s) de que poderá, no mesmo prazo assinado acima e cumprimento de sentença independentemente de prévia segurança do Juízo, apresentar embargos de declaração (CPC/2015, art. 702) bem como inicial acrescida de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) - sendo caso haja o adimplemento no prazo das custas processuais (CPC/2015 sobre o valor da causa art. 701, §1º) - sob pena de caso decorrido o prazo sem pagamento e não apresentados os embargos, a presente decisão seja executada judicialmente, independentemente de qualquer formalidade, observando-se, a seguir, o que couber, o Título II do Livro I da Parte Especial Ciente (e) réu(s) de que poderá, no mesmo prazo assinado acima e cumprimento de sentença independentemente de prévia segurança do Juízo, apresentar embargos de declaração (CPC/2015, art. 702) bem como inicial acrescida de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) - sendo caso haja o adimplemento no prazo das custas processuais (CPC/2015 sobre o valor da causa art. 701, §1º) - sob pena de caso decorrido o prazo sem pagamento e não apresentados os embargos, a presente decisão seja executada judicialmente, independentemente de qualquer formalidade, observando-se, a seguir, o que couber, o Título II do Livro I da Parte Especial Ciente (e) réu(s) de que poderá, no mesmo prazo assinado acima e cumprimento de sentença independentemente de prévia segurança do Juízo, apresentar embargos de declaração (CPC/2015, art. 702) bem como inicial acrescida de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) - sendo caso haja o adimplemento no prazo das custas processuais (CPC/2015 sobre o valor da causa art. 701, §1º) - sob pena de caso decorrido o prazo sem pagamento e não apresentados os embargos, a presente decisão seja executada judicialmente, independentemente de qualquer formalidade, observando-se, a seguir, o que couber, o Título II do Livro I da Parte Especial Ciente (e) réu(s) de que poderá, no mesmo prazo assinado acima e cumprimento de sentença independentemente de prévia segurança do Juízo, apresentar embargos de declaração (CPC/2015, art. 702) bem como inicial acrescida de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) - sendo caso haja o adimplemento no prazo das custas processuais (CPC/2015 sobre o valor da causa art. 701, §1º) - sob pena de caso decorrido o prazo sem pagamento e não apresentados os embargos, a presente decisão seja executada judicialmente, independentemente de qualquer formalidade, observando-se, a seguir, o que couber, o Título II do Livro I da Parte Especial Ciente (e) réu(s) de que poderá, no mesmo prazo assinado acima e cumprimento de sentença independentemente de prévia segurança do Juízo, apresentar embargos de declaração (CPC/2015, art. 702) bem como inicial acrescida de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) - sendo caso haja o adimplemento no prazo das custas processuais (CPC/2015 sobre o valor da causa art. 701, §1º) - sob pena de caso decorrido o prazo sem pagamento e não apresentados os embargos, a presente decisão seja executada judicialmente, independentemente de qualquer formalidade, observando-se, a seguir, o que couber, o Título II do Livro I da Parte Especial Ciente (e) réu(s) de que poderá, no mesmo prazo assinado acima e cumprimento de sentença independentemente de prévia segurança do Juízo, apresentar embargos de declaração (CPC/2015, art. 702) bem como inicial acrescida de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) - sendo caso haja o adimplemento no prazo das custas processuais (CPC/2015 sobre o valor da causa art. 701, §1º) - sob pena de caso decorrido o prazo sem pagamento e não apresentados os embargos, a presente decisão seja executada judicialmente, independentemente de qualquer formalidade, observando-se, a seguir, o que couber, o Título II do Livro I da Parte Especial Ciente (e) réu(s) de que poderá, no mesmo prazo assinado acima e cumprimento de sentença independentemente de prévia segurança do Juízo, apresentar embargos de declaração (CPC/2015, art. 702) bem como inicial acrescida de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) - sendo caso haja o adimplemento no prazo das custas processuais (CPC/2015 sobre o valor da causa art. 701, §1º) - sob pena de caso decorrido o prazo sem pagamento e não apresentados os embargos, a presente decisão seja executada judicialmente, independentemente de qualquer formalidade, observando-se, a seguir, o que couber, o Título II do Livro I da Parte Especial Ciente (e) réu(s) de que poderá, no mesmo prazo assinado acima e cumprimento de sentença independentemente de prévia segurança do Juízo, apresentar embargos de declaração (CPC/2015, art. 702) bem como inicial acrescida de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) - sendo caso haja o adimplemento no prazo das custas processuais (CPC/2015 sobre o valor da causa art. 701, §1º) - sob pena de caso decorrido o prazo sem pagamento e não apresentados os embargos, a presente decisão seja executada judicialmente, independentemente de qualquer formalidade, observando-se, a seguir, o que couber, o Título II do Livro I da Parte Especial Ciente (e) réu(s) de que poderá, no mesmo prazo assinado acima e cumprimento de sentença independentemente de prévia segurança do Juízo, apresentar embargos de declaração (CPC/2015, art. 702) bem como inicial acrescida de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) - sendo caso haja o adimplemento no prazo das custas processuais (CPC/2015 sobre o valor da causa art. 701, §1º) - sob pena de caso decorrido o prazo sem pagamento e não apresentados os embargos, a presente decisão seja executada judicialmente, independentemente de qualquer formalidade, observando-se, a seguir, o que couber, o Título II do Livro I da Parte Especial Ciente (e) réu(s) de que poderá, no mesmo prazo assinado acima e cumprimento de sentença independentemente de prévia segurança do Juízo, apresentar embargos de declaração (CPC/2015, art. 702) bem como inicial acrescida de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) - sendo caso haja o adimplemento no prazo das custas processuais (CPC/2015 sobre o valor da causa art. 701, §1º) - sob pena de caso decorrido o prazo sem pagamento e não apresentados os embargos, a presente decisão seja executada judicialmente, independentemente de qualquer formalidade, observando-se, a seguir, o que couber, o Título II do Livro I da Parte Especial Ciente (e) réu(s) de que poderá, no mesmo prazo assinado acima e cumprimento de sentença independentemente de prévia segurança do Juízo, apresentar embargos de declaração (CPC/2015, art. 702) bem como inicial acrescida de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) - sendo caso haja o adimplemento no prazo das custas processuais (CPC/2015 sobre o valor da causa art. 701, §1º) - sob pena de caso decorrido o prazo sem pagamento e não apresentados os embargos, a presente decisão seja executada judicialmente, independentemente de qualquer formalidade, observando-se, a seguir, o que couber, o Título II do Livro I da Parte Especial Ciente (e) réu(s) de que poderá, no mesmo prazo assinado acima e cumprimento de sentença independentemente de prévia segurança do Juízo, apresentar embargos de declaração (CPC/2015, art. 702) bem como inicial acrescida de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) - sendo caso haja o adimplemento no prazo das custas processuais (CPC/2015 sobre o valor da causa art. 701, §1º) - sob pena de caso decorrido o prazo sem pagamento e não apresentados os embargos, a presente decisão seja executada judicialmente, independentemente de qualquer formalidade, observando-se, a seguir, o que couber, o Título II do Livro I da Parte Especial Ciente (e) réu(s) de que poderá, no mesmo prazo assinado acima e cumprimento de sentença independentemente de prévia segurança do Juízo, apresentar embargos de declaração (CPC/2015, art. 702) bem como inicial acrescida de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) - sendo caso haja o adimplemento no prazo das custas processuais (CPC/2015 sobre o valor da causa art. 701, §1º) - sob pena de caso decorrido o prazo sem pagamento e não apresentados os embargos, a presente decisão seja executada judicialmente, independentemente de qualquer formalidade, observando-se, a seguir, o que couber, o Título II do Livro I da Parte Especial Ciente (e) réu(s) de que poderá, no mesmo prazo assinado acima e cumprimento de sentença independentemente de prévia segurança do Juízo, apresentar embargos de declaração (CPC/2015, art. 702) bem como inicial acrescida de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) - sendo caso haja o adimplemento no prazo das custas processuais (CPC/2015 sobre o valor da causa art. 701, §1º) - sob pena de caso decorrido o prazo sem pagamento e não apresentados os embargos, a presente decisão seja executada judicialmente, independentemente de qualquer formalidade, observando-se, a seguir, o que couber, o Título II do Livro I da Parte Especial Ciente (e) réu(s) de que poderá, no mesmo prazo assinado acima e cumprimento de sentença independentemente de prévia segurança do Juízo, apresentar embargos de declaração (CPC/2015, art. 702) bem como inicial acrescida de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) - sendo caso haja o adimplemento no prazo das custas processuais (CPC/2015 sobre o valor da causa art. 701, §1º) - sob pena de caso decorrido o prazo sem pagamento e não apresentados os embargos, a presente decisão seja executada judicialmente, independentemente de qualquer formalidade, observando-se, a seguir, o que couber, o Título II do Livro I da Parte Especial Ciente (e) réu(s) de que poderá, no mesmo prazo assinado acima e cumprimento de sentença independentemente de prévia segurança do Juízo, apresentar embargos de declaração (CPC/2015, art. 702) bem como inicial acrescida de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) - sendo caso haja o adimplemento no prazo das custas processuais (CPC/2015 sobre o valor da causa art. 701, §1º) - sob pena de caso decorrido o prazo sem pagamento e não apresentados os embargos, a presente decisão seja executada judicialmente, independentemente de qualquer formalidade, observando-se, a seguir, o que couber, o Título II do Livro I da Parte